

# O sigilo como regra, a lembrança como exceção

Rastros do integralismo nos fundos privados do Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul

Secrecy as a rule, remembrance as an exception: traces of integralism in the private archives of the Jaraguá do Sul Archive / El secreto como regla, el recuerdo como excepción: rastros del integralismo em los fondos privados del Archivo Histórico de Jaraguá do Sul

---

## Gabriel Simon Machado

Mestre em História e doutorando em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil.  
simon.gabriel.hst@gmail.com

## Leticia Nedel

Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil.  
leticiabnedel@gmail.com

---

## RESUMO

O artigo examina as ações que deram sentido coletivo a documentos privados preservados no Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul, cidade industrial situada no norte de Santa Catarina. Evidenciam-se os vínculos da constituição de acervos com os processos de estruturação social a partir da correlação das características sociais dos atores envolvidos no processo de transmissão e ocultamento da experiência política do integralismo naquela localidade.

*Palavras-chave:* arquivos; integralismo; cultura política; memória social.

## ABSTRACT

The article examines the actions that gave collective meaning to private documents preserved in the Historical Archive of Jaraguá do Sul, an industrial city in the northwest of Santa Catarina. It highlights the links between the creation of collections and the processes of social structuring, correlating the social characteristics of the actors involved in the process of “remembering” and “forgetting” the political experience of integralism in the city.

*Keywords:* archives; integralism; political culture; social memory.

## RESUMEN

El artículo examina las acciones que dieron significado colectivo a los documentos privados conservados en el Archivo Histórico de Jaraguá do Sul, ciudad industrial del noroeste de Santa Catarina. Destaca los vínculos entre la constitución de acervos y los procesos de estructuración social, correlacionando las características sociales de los actores involucrados en el proceso de transmisión y ocultamiento de la experiencia política del integralismo en esa localidad.

*Palabras-clave:* archivos; integralismo; cultura política; memoria social.

## Introdução

Nos países de regime democrático, onde se tem estabelecido “o sigilo por exceção e a publicidade por preceito geral” (art. 3º, lei n. 12.527/2011, CFB), os arquivos pessoais e também a informação de caráter pessoal contida em qualquer documento, de proveniência pública ou privada, figuram no rol das exceções. Situada na zona de tensão entre o direito à intimidade e o interesse público, essa documentação tem sua política de acesso regida pelo princípio de respeito à privacidade, à honra e à imagem da pessoa citada na documentação (Lafer, 2005). Base do mito liberal moderno, a esfera da intimidade se materializa como um direito, precisamente o da propriedade privada, sobre o corpo que se coloca ao abrigo do olhar, livre dos “efeitos do outro sobre si” (Laé 2003, p. 139). No universo dos arquivos, esse direito estende-se aos registros representativos do “eu”, como correspondências, diários e uma gama de documentos autorreferenciais que, mesmo não restringindo sua existência aos arquivos pessoais, são reconhecidos como representativos desses conjuntos produzidos na informalidade. Daí procede a diferença entre o prazo máximo de restrição de acesso a documentos classificados como ultrassigilosos por razões de segurança de Estado, que é de 25 anos, sujeito a uma única renovação, enquanto os documentos classificados da mesma forma por conterem informações relativas à vida privada de pessoas podem esperar até cem anos pela desclassificação.

Sabe-se que categorias polares como público-privado; casa-rua e outras associadas aos arquivos pessoais são artificiais e até mesmo ilusórias, já que parte considerável dos produtores desses arquivos os preservam e transmitem com a intenção de transpor as fronteiras entre um e outro domínio. Mas, em que pese falaciosa a ideia de uma interioridade e exterioridade plenamente constituídas em torno da figura do titular do fundo, a oposição entre público e privado remete aos efeitos epistemológicos dessas representações. Presente na história e nas ciências sociais sob a forma da querela estrutura-conjuntura, macro e micro-história, o pressuposto contratualista não deixa de se insinuar na agenda teórica da arquivologia e na profissão de arquivista em diferentes países, onde “os diversos domicílios institucionais dos arquivos públicos e pessoais reforçam suas diferenças” (Cook, 1998, p. 130). Assim Terry Cook assinalava, há 25 anos, a divisão incômoda entre o oficial e o individual subjacente à separação, quando não oposição, entre a tradição dos arquivos e a dos manuscritos históricos, “archives” and “manuscripts”, como expresso no título da revista nacional dos arquivistas australianos.

Por conta de suas especificidades, durante muito tempo discutiu-se a natureza “orgânica” ou “artificial” dos arquivos pessoais, entendidos por alguns como arquivos, por outros como coleções. Entre os autores que defendem sua abordagem arquivística, Heymann (2009; 2012), Meehan (2018) e Hobbs (2016) estão entre as que chamaram a atenção para os prejuízos acarretados pela predominância de uma “matriz pública” (Heymann, 2012, p. 52) na legislação e no conhecimento arquivístico. Como regra geral, o trabalho de classificação dos fundos<sup>1</sup> segue uma sistemática baseada na identificação da instrumentalidade de cada registro para o desempenho de atividades específicas, dotadas de valor legal. Além da difícil adequação dessa taxonomia aos arquivos de indivíduos, cujos documentos não necessariamente representam ações de caráter probatório, outras dificuldades elencadas na bibliografia dizem respeito às lacunas deixadas pela legislação quanto ao que é público e ao que é privado em um arquivo pessoal; as políticas de recolhimento e os dilemas éticos colocados aos gestores das instituições de custódia, além dos valores primário e secundário da documentação, que ao ser institucionalizada adquire um status coletivo (Oliveira, 2013; Lopes e Rodrigues, 2019; Oliveira, Macêdo; Sobral, 2017).

Como fontes históricas, os arquivos pessoais têm reconhecido seu valor informativo. Documentos extraídos desses conjuntos estão hoje integrados às metodologias de diferentes áreas, em especial na história cultural e nos estudos literários, onde reside seu público preferencial. Também na sociologia, o “singular” associado a fontes biográficas vem sendo valorizado, desde os anos 1980, como dimensão de realidade a partir da qual seria possível apreender a modelagem social e histórica das trajetórias individuais (Lahire, 2004; Dubar e Nicourd, 2017). Embora nas três áreas ainda sejam incomuns abordagens dos arquivos como objeto de análise, tanto na história como nas ciências sociais documentos de caráter privado têm servido aos pesquisadores para desviar da antinomia entre indivíduo e sociedade, evidenciando que “longe da abstração desses termos, é nas práticas dos agentes, notadamente, na escala dos corpos, que se fixam costumes, regras, normas e interdições do mundo social” (Bourdignon; Rosatti, 2022, p. 7-8).

Já na arquivologia, a compreensão do estatuto propriamente arquivístico dos arquivos pessoais teve como pré-requisito o reconhecimento do papel mediador que arquivos e arquivistas exercem nos processos de transmissão da

---

1 “A classificação é o conjunto das operações intelectuais e materiais que permitem organizar um fundo de arquivo de modo a facilitar ao máximo as consultas, quaisquer que sejam os pesquisadores e quaisquer que sejam os temas de suas pesquisas” (Ducrot, 1998, p. 151).

memória cultural. Se hoje os arquivos pessoais estão consolidados como parte do patrimônio documental tratado pelos profissionais da área é porque estes já não se fazem mais representar como meros guardiães, mas como artífices da memória, o que implica pensar arquivos como artefatos culturais socialmente agenciados. Como afirmou Jacques Derrida, é próprio do arquivo ser público e discursivo. Ele é público porque é exterior ao corpo, e consignado porque reúne elementos a princípio dispersos – os documentos – em um sistema significativo. “Consignação”, neste caso, não significa apenas “o fato de designar uma residência ou confiar, pondo em reserva, em um lugar e sobre um suporte, mas o ato de consignar reunindo os signos” (Derrida, 2001, p. 14). Se os arquivos configuram materialmente uma ordem sistêmica de signos, sua materialidade lança essa cadeia significativa para fora da intenção e percepção imediata dos produtores. Essa é uma das razões pelas quais o gesto de arquivar não só registra como institui acontecimentos, e o faz por meio de “narrativas tácitas de poder e conhecimento” (Ketelaar, 2001, p. 132) urdidadas na lógica da acumulação e do agrupamento, na relação que os documentos mantêm entre si, com a entidade produtora e com os usuários.

Vale então retomar a assertiva de Eric Ketelaar a respeito do impacto reconfigurador que a ativação de um arquivo exerce sobre os seus significados ulteriores. Dialogando com abordagens extrarquívisticas, Ketelaar nota que a antecipação é uma ação intrínseca aos gestos de preservação documental, e recorda com Jacques Derrida (2002, p. 65) que “guardar tem mais a ver com o futuro do que com o passado”. Assim, os trabalhos mais recentes, na antropologia e na história, que se distanciam da “concepção extrativa” dos arquivos em direção a uma etnografia de sua constituição, usos e configurações, confirmam, segundo o autor, o que os arquivistas adeptos do modelo do *record continuum* já sabiam: que os arquivos se constituem em um processo, que os documentos ali reunidos são multicontextuais e “os momentos de criação de documentos antecipam momentos futuros em que os documentos serão recebidos, circulados, instrumentalizados e desmontados novamente” (Riles apud Ketelaar, 2019, p. 225).

Neste artigo<sup>2</sup> nos propomos a testar empiricamente esses pressupostos, destacando o enraizamento histórico e social dos atos de arquivamento. Ao chamar a atenção para o caráter socialmente instituído dos arquivos reconhecemos a necessidade, apontada pelo arquivista holandês, de tratá-los metodologicamente

---

2 Este artigo incorpora resultados da dissertação de mestrado *Memórias em desagravo: integralismo e revisionismo no Museu Histórico Emílio da Silva (2001-2016)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

não tanto como “coisa em si”, mas como um vetor, um “componente ativo das relações sociais” (Ketelaar, 2019, p. 241). Esse modo de pensar os acervos realça a congruência entre tópicos epistêmicos fundamentais à teoria arquivística, como a dependência do valor probatório dos documentos em relação ao seu caráter instrumental e as descrições de processos de mudança social atentas às interrelações entre convenção e ação. Inspirados pelas experimentações teórico-metodológicas do *continuum*, como fizeram Ketelaar (2001, 2019) e, antes dele, Upward (1996), estendemos a premissa de Anthony Giddens sobre os processos de estruturação social aos gestos criadores dos arquivos. Se tomarmos como válido o pressuposto de que “as propriedades estruturadas dos sistemas sociais [...] são meio e resultado dos atos sociais” (Giddens, 1981, p. 19), podemos entender os arquivos como instrumento e resultado das ações que lhes dão forma e sentido. Sob tal ponto de vista, os claros e escuros dos conjuntos, suas lacunas, morfologias e “narrativas tácitas” (Ketelaar, 2001) são indícios materiais de processos amplos, nos quais se inscrevem a produção, guarda e transmissão de documentos – logo, dos usos a que são continuamente submetidos os arquivos, como parte dos sistemas simbólicos que os animam.

Dado que a acumulação de um arquivo pessoal não se esgota nas intenções e sentidos emprestados pelo produtor aos documentos, mas envolve uma diversidade de atores que sobre eles intervêm, pretendemos, nas páginas que seguem, examinar o encadeamento das ações que deram sentido coletivo a documentos privados preservados no Arquivo Histórico Municipal Eugênio Victor Schmöckel (AHJS), situado em Jaraguá do Sul.<sup>3</sup> Em um primeiro momento, procuramos reconstituir a política de recolhimento do Arquivo, decodificando a gramática empregada na classificação dos “fundos” pela instituição de guarda. Perguntamo-nos, em especial, sobre a lógica subjacente à nomeação dos “fundos de família” batizados com sobrenomes de patriarcas, bem como dos “fundos pessoais” de homens reputados “pioneiros” da história e da memória de Jaraguá do Sul.

Na segunda parte do artigo interrogamos a contextualidade dos registros doados à instituição por um dos principais artífices da memória do município. Trata-se de Emílio da Silva, colecionador cuja trajetória pública se inicia na condição de secretário do núcleo integralista local e se encerra como “vovô Emílio”,

---

3 Cidade industrial situada no norte catarinense, desmembrada da vizinha cidade de Joiville em 1934 e que atualmente conta com uma população de 182.660 habitantes. Cf. Disponível em: [cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/jaragua-do-sul](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/jaragua-do-sul). Acesso em: 2 mar. 2024.

o veterano cronista da cidade, patrono do museu municipal.<sup>4</sup> Percorrendo a trajetória de Emílio, sobretudo observando o papel que a preservação de documentos, fotografias e objetos “do Jaraguá antigo” desempenham na sua biografia, acessamos as dinâmicas de troca entre agentes que estabeleceram os parâmetros de composição da história da cidade. Nessa escala de observação, a questão do sigilo e da confidencialidade dos documentos pessoais apresenta-se sob um prisma diferente daquele em que o segredo está direcionado para o viés da intimidade pessoal. O segredo se instala na dimensão constitutiva das próprias atividades que originaram os registros: a política. Iniciamos por ela, inscrevendo a instituição Arquivo e seu acervo na história política de Jaraguá do Sul.

### Um panteão de pioneiros

O Arquivo Histórico Municipal Eugênio Victor Schmöckel (AHJS) foi criado em 1971 pelo próprio, quando prefeito em exercício. Recriado em 1991 como Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul, recebeu em 1996 o nome do atual patrono que, além de político filiado à União Democrática Nacional (UDN) e posteriormente à Aliança Renovadora Nacional (Arena), foi diretor e cronista de um dos principais jornais da cidade, o *Correio do Povo*, e autor de um livro de memórias sobre o movimento integralista em Jaraguá (Schmöeckel, 1997).<sup>5</sup>

Atualmente o órgão exerce a dupla função de arquivo municipal e arquivo histórico. Como arquivo histórico, pesquisa e divulga documentos iconográficos, cartográficos e textuais de proveniências diversas, organizados em “fundos” de pessoas e organizações, ou em “dossiês” classificados por assunto, a respeito da cidade e de seu panteão de fundadores. Como arquivo municipal, guarda documentos produzidos no âmbito do Executivo municipal, em suas fases intermediária e permanente (desde 1919), e da Câmara de Vereadores. O acervo compõe-se, ainda, de documentos avulsos da Justiça criminal, eleitoral e trabalhista, adquiridos em editais de descarte; de biblioteca e hemeroteca, com jornais e revistas de Jaraguá, nacionais e estrangeiras, além dos Diários Oficiais da União (1956 a 2003), do estado (a partir de 1934), da Justiça estadual

---

4 As fontes sobre a trajetória de Emílio abarcam tipologias documentais diversas. Compõem-se de fotografias e objetos depositados no Museu Municipal Emílio da Silva, além de impressos, livros, periódicos e manuscritos reunidos no fundo Emílio da Silva, sob custódia do AHJS. Também recorremos a entrevistas com funcionários e ex-funcionários do arquivo, e a documentos de outros fundos pessoais, citados ao longo do artigo.

5 Lei n. 321, de 12 de agosto de 1971, <http://leismunicipa.is/giarf>; lei n. 1.464, de 10 de maio de 1991, <http://leismunicipa.is/hreia>; lei n. 2.211, de 9 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ghbri>; <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/arquivo-historico>. Acesso em: 5 nov. 2023.

(1987 a 2008) e do município (a partir de 1994). No total, a instituição detém cerca de cinco mil metros lineares de documentos classificados em fundos “públicos”, “privados”, “pessoais” e “familiares”.<sup>6</sup>

Em que pese a natureza em princípio técnica dessas classificações, a forma como se ordenam e nomeiam os conjuntos no acervo do AHJS extrapola as diretrizes dos manuais da arquivologia. Nos “fundos de família”, geralmente designados por sobrenomes de patriarcas, a nomenclatura não se limita a sinalizar a proveniência dos documentos, mas denota o sentido ritualístico do investimento familiar na produção de legados e genealogias. É significativo, a esse respeito, o modo como a designação “família”, presente na especificação do “fundo”, se repete no documento onde consta a modalidade de ingresso dos documentos na instituição.<sup>7</sup> Nele registra-se a doação, não por algum herdeiro específico do espólio documental, mas “pela família” como um todo. É como um monumento à família – entidade coletiva com que se identificam os doadores – que o fundo ingressa no Arquivo, mesmo que ele, o fundo, se limite à documentação de um dos seus membros. Como indica Bourdieu, há uma espécie de antropomorfismo nessa versão reificada da categoria. Por meio dela é possível “atribuir a um grupo as propriedades de um indivíduo[:] concebe-se a família como uma realidade transcendente a seus membros, um personagem transpessoal dotado de uma vida e de um espírito comuns, além de uma visão particular de mundo” (Bourdieu, 1993, p. 32).

Sem a mesma ênfase sobre a parentela, mas mantendo o nome próprio como princípio de divisão do universo social, são também homens com sobrenomes qualificados como fundadores, “pioneiros” da colonização ou de algum ramo de atividade específico que compõem o rol de titulares dos arquivos pessoais existentes no AHJS. Salvo uma professora e outros dois integrantes do time de três professores titulares de arquivos, os fundos classificados “pessoais” referem-se, no AHJS, majoritariamente a lideranças políticas e empresariais. Nessa categoria é comum a presença de integralistas que, no pós-1945, estiveram alinhados ao Partido de Representação Popular (PRP), ou à UDN, com quem o próprio partido fez aliança, e que a partir de 1964 cerraram fileiras na Arena (Calil,

---

6 A composição do acervo, as tipologias abarcadas e as formas de classificação dos fundos custodiados pelo AHJS constam em documento produzido pela gestão técnica do arquivo, a quem agradecemos por ter-nos enviado esse documento por e-mail. O documento manuscrito enumera acervos, como o fundo pessoal de Emílio da Silva e o “Fundo Ação Integralista Brasileira”, que não constam na página oficial do órgão, disponível na web. Cf. Kita, Sílvia R. T. Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul “Eugênio Victor Schmöckel” AHJS. Jaraguá do Sul, 22 de junho de 2023. [Mimeografado] e <https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/arquivo-historico>.

7 Kita, Sílvia R. T. Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul “Eugênio Victor Schmöckel” AHJS. Jaraguá do Sul, 22 de junho de 2023. [Mimeografado].

2005). Também aparecem funcionários, sócios e familiares de comerciantes e industriais ex-udenistas, igualmente alinhados ao regime defendido e representado por aquela aliança “renovadora”.

Mas nem tudo no Arquivo prima pela abundância, e algumas parcelas do acervo são recortes de arquivos desaparecidos, ou não têm sua história custodial identificada claramente. Entre os fundos privados de pessoas jurídicas, o “Fundo Colégio Divina Providência”, por exemplo, não constitui mais do que uma parte, composta por diários de classe, de um arquivo escolar hoje disperso. Também nos “fundos” de empresas de comunicação, como o *Jornal do Vale*, *Jaraguá News* e o *Correio do Povo*, a documentação limita-se a fotografias, negativos e exemplares impressos, alguns também disponíveis na Biblioteca Pública do estado ou na Hemeroteca Digital Brasileira.<sup>8</sup> Quanto ao jornal integralista *Jaraguá*, este não aparece listado como “fundo”. Seus 51 exemplares encadernados, publicados entre 1934 e 1938, constam na listagem da “coleção de periódicos”. Embora na contracapa da encadernação figure como doador o diretor do jornal, Álvaro Dippold, ex-tipógrafo do *Correio do Povo* e titular de outro arquivo preservado no AHJS, segundo funcionários e ex-funcionários, os jornais teriam sido doados por Dietrich Hufenüssler, descendente de uma família de industriais perseguida durante o regime varguista,<sup>9</sup> com intermediação do pesquisador Loreno Zatelli Hagedorn,<sup>10</sup> depois de terem permanecido por anos em mãos de França Vosgerau, músico e funcionário da prefeitura de Jaraguá entre 1934 e 1966.

Trajetória igualmente sinuosa teve a documentação reunida no Fundo Ação Integralista Brasileira (AIB), um conjunto de mais de duas mil fichas de filiação à núcleos da AIB. O antigo diretor do arquivo, Egon Jangonw, alega que eram 1888 fichas, e que parte delas já estava no acervo em 1989, quando começou a trabalhar na instituição. Nessa época, Arquivo e Museu compartilhavam uma mesma sede e ambos eram dirigidos por Carlos César Hoffmann, que havia trabalhado por anos no Museu da Indústria Malwee, onde se supõe estar a ficha de filiação de Emílio da Silva. A historiadora chefe do AHJS acredita na possibilidade de

---

8 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=886440&Pesq=dippold&pagfis=2922>. Acesso em: 5 nov. 2023.

9 Como consta no jornal *Tempos Novos* (Jaraguá do Sul 6 nov. 1947, p. 3-4), o nome do pai de Dietrich, Rudolf Hufenüssler, está numa lista de militantes e simpatizantes de tendências totalitárias sob vigilância da polícia jaraguense no Estado Novo, ao lado de nomes de integralistas conhecidos, como Emílio da Silva, Emílio Kienas e Silvino Piazero.

10 Genealogista e escritor, pesquisador jaraguense do tema do integralismo, nascido em 1954, neto de Gustav August Ferdinand Hagedorn, filiado à AIB em 1936. Loreno doou ao AHJS a documentação reunida sobre o tema, que consta, atualmente, no “Fundo Loreno Luiz Zatelli Hagedorn”, junto com outros documentos e sua biblioteca pessoal.

Hoffmann ter aportado as primeiras fichas ao Arquivo Histórico. Mais tarde, a sra. Denise Zimmermann Silva, neta de Emílio, casada com Décio Silva, filho de Eggon João da Silva, um dos donos da indústria WEG, teria levado mais outro conjunto de fichas ao sr. Egon Jagnow, quando diretor do Arquivo, em razão de outro parente seu também ter secretariado o núcleo jaraguense da AIB.<sup>11</sup>

O fato é que esse acervo permaneceu incógnito em um armário na sala da diretoria do Arquivo pelo menos até 1994,<sup>12</sup> quando, já sob nova direção, iniciou-se a transferência do acervo para uma sede alugada, antes de nova transferência (em 2010) para a sede atual. Depois de ter sido ordenada, digitalizada e incorporada ao sistema de gestão de acervos, a documentação ainda hoje merece tratamento excepcional: as fichas de filiação são consideradas “material sensível”, com acesso restrito e reprodução vetada. Não obstante os impedimentos colocados pelos gestores do Arquivo, os quais se amparam nos preceitos de respeito à intimidade, à honra e à imagem da pessoa para colocar em reserva uma documentação que, no momento em que foi gerada, era uma declaração pública de alinhamento partidário, há outros documentos acessíveis referentes à ação da AIB, além das fichas de filiação e do jornal *Jaraguá*. Correspondências, material de propaganda e jornais com conteúdo relevante para a história do integralismo encontram-se em diferentes fundos pessoais e familiares. Neles, respondem às lógicas das relações que os produtores dos conjuntos mantiveram com a AIB e com os documentos que legaram à “cultura” de Jaraguá. Assim, o pesquisador que desejar consultar material relativo ao integralismo no AHJS deverá estar atento a essas injunções e, observando sua inscrição nas fontes que servem à pesquisa, terá que percorrer uma série de arquivos privados, como o fundo “Família Waldemar Grubba”, os fundos pessoais “Loreno Luiz Zатели Hagedorn”, “Emílio da Silva”, além daquele cujo titular dá nome à instituição, fundo “Eugênio Schmöckel”, para citar os mais volumosos. Já a consulta ao “Fundo Ação Integralista Brasileira” dependerá da análise, pelos gestores do Arquivo, da justificativa oferecida pelo consulente.

A política de recolhimento dessa documentação fica mais clara quando, voltando à história da instituição detentora do acervo, assinalamos a estreita ligação entre o AHJS e o Museu Histórico Municipal Emílio da Silva. A criação deste museu remonta a 1976, ano em que se comemorou o centenário de fundação da

---

11 Kita, Silvia Regina Toassi. Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul “Eugênio Victor Schmöckel” AHJS. Jaraguá do Sul, 22 de junho de 2023. [Mimeofrafado].

12 Kita, Silvia Regina Toassi. Sobre a doação das fichas integralistas ao Arquivo Histórico [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: simon.gabriel.hst@gmail.com. em: 16 set. 2021.

cidade. As diversas edições do jornal *Correio do Povo*<sup>13</sup> disponíveis no arquivo registram a campanha realizada em prol da criação do museu, logo após a exposição do Centenário. O jornal, à época dirigido por Schmöckel, futuro patrono do AHJS, atribuía “méritos sem conta ao velho mestre Emílio Silva [...] pela organização e originalidade da Exposição Histórica e Fotográfica”<sup>14</sup> montada para a celebração.<sup>15</sup> Ao homenagear o colecionador, o *Correio do Povo* pleiteava, na verdade, a efetivação do museu que cinco anos antes, por decreto do próprio editor do jornal, devia ter sido instaurado junto com o Arquivo como uma única e mesma seção da Biblioteca Pública Municipal. Como o decreto não surtira efeito – tanto que acabou sendo anulado por outros dois decretos municipais – um de (re)criação do museu, ainda em 1976, outro de (re)criação do Arquivo Municipal de Jaraguá, em 1991 – cobravam-se as promessas de construção de um órgão que abrigasse o acervo reunido durante o festejo.

Essa é a versão de Amadeus Mahfud, amigo de Emílio, que colaborou com a organização da exposição e cujo arquivo pessoal, doado por ele mesmo, também é custodiado pelo AHJS. Tão logo encerrado o festejo, empresários aliados a Emílio da Silva começaram a pressionar o prefeito Eugênio Strebe (filho de um ex-militante integralista, filiado à Arena) nesse sentido. Em seu relato, Mahfud revela que foi convidado por Silva para participar da reunião organizada por Vicente Donini, encontro que bem ilustra a importante influência exercida pelo setor privado sobre o Executivo jaraguaense: “Detalhe: Vicente Donini é cunhado do industrial Eggon João da Silva, fundador do Grupo WEG, e este, por sua vez, é filho de Emílio da Silva. Eggon encarregou Vicente para promover uma reunião com pessoas interessadas na criação do Museu Municipal. Os resultados positivos vieram logo a seguir” (Mahfud, 2011, p. 45).

De fato, não tardaram, visto que em setembro do mesmo ano o então prefeito Strebe sancionou a lei n. 633, determinando a criação do “Museu Municipal Jaraguaense” e a revogação da lei anteriormente sancionada pelo vice-prefeito em exercício. O artigo 3º desta nova lei deixava explícito o caráter honorífico do cargo de diretor, cuja nomeação, bem como a dos assessores técnicos, seria

---

13 O *Correio do Povo*, fundado em 1919 por Arthur Muller, foi dirigido por Eugênio Schmöckel entre 1957 e 2004. Ver em: Schmöckel, E. V. História da imprensa de Jaraguá do Sul e da AMVALI. Jaraguá do Sul, ed. *Correio do Povo*, 1999.

14 *Correio do Povo*. Jaraguá do Sul, 7 ago. 1976. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/correiodopovo/1976/CDP19762896.pdf>. Acesso em: 5 nov. 23.

15 As ampliações das fotografias emprestadas à municipalidade por Emílio da Silva na Festa do Centenário, em 1976, constituem, atualmente, o “Fundo Memória da Cidade”, depositado no AHJS.

decidida pelo Poder Executivo, em cargos não remunerados e sem vínculo empregatício. Entretanto, possivelmente em decorrência da derrota de Strebe nas eleições municipais, a construção e abertura do Museu Municipal acabou postergada mais uma vez, por 11 anos. Neste intervalo, o acervo reunido por Emílio da Silva e os documentos futuramente destinados ao “Arquivo Histórico” ficaram depositados em um armazém da Estação Ferroviária de Jaraguá. Foi nessa época que as fichas de filiação à AIB aportaram ao museu (Canuto et al., 2011, p. 48).

Nota-se, desse breve relato, que as primeiras iniciativas visando à construção do arcabouço institucional de gestão da cultura para Jaraguá procedem de redes pessoais e familiares de reconhecimento intralocais, e coincidem com a hegemonia da Arena na política municipal, durante o período mais duro dos “anos de chumbo”. Na história cultural do município, esse período corresponde ao do ingresso dos industriais da região no rol de “pioneiros” da colonização de Jaraguá – história que vinha sendo cuidadosamente coligida e registrada por Emílio em biografias de figuras que “fizeram o progresso” da cidade. Estas constituem uma parte do arquivo pessoal depositado por sua filha e seu genro no Arquivo Municipal em 1989, e serviram ao livro finalizado por Emílio em 1975, publicado com o título *Segundo livro de Jaraguá do Sul: um capítulo da povoação do Vale do Itapocu*.

A erudição histórica requerida ao exercício da vida pública ganha, nas atividades desenvolvidas por Emílio da Silva e Victor Schmöckel, contornos de ação política. As mesmas décadas de 1960 e 1970 em que a municipalidade investe na construção de um aparato institucional de gestão da cultura é a época em que o setor industrial de Jaraguá do Sul cresceu expressivamente, integrando-se ao mercado consumidor nacional. Era então frequente a fusão entre empresas locais e a fundação de novas indústrias na cidade, sobressaindo os nomes da Malwee, Marisol, Kohlbach, WEG, Trapp e Menegotti. Não casualmente, o período de ascensão da indústria – e, simultaneamente, de consolidação da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul (ACIJS) – também corresponde ao início da construção dos símbolos identitários da localidade. Sob hegemonia da Arena na Câmara de Vereadores, Eugênio Victor Schmöckel, que fora eleito vereador pela UDN em 1959, reeleito vereador em 1963, levado à presidência da Câmara Municipal entre 1967 e 1968, ao cargo de vice-prefeito (1970-1973) e prefeito em exercício (1971-1972) pela Arena, criou o brasão e a bandeira de Jaraguá do Sul, elaborados por ele em 1968 e 1969, respectivamente (Schroeder; Chiodini, 2019, p. 80). Diferentemente dos casos habituais, em que os símbolos municipais são criados por professores, jornalistas e/ou intelectuais, aqui se trata de uma mediação cultural exercida pelos próprios agentes

políticos, “multinotáveis” (Grill; Reis, 2017) que acumulam competências dessa ordem, financiadas por empresários. Apesar da dupla jornada de Schmöckel enquanto diretor de jornal e os cargos que ocupava no Executivo e Legislativo municipais, prevaleceram o seu capital político e seus vínculos com o empresário como instâncias legitimadoras de seu trabalho de memorialista.

As fontes que nos dão notícia da mediação desempenhada pelos políticos envolvidos com a composição dos marcos históricos da cidade integram os fundos pessoais e familiares preservados no Arquivo Municipal. Em especial, os fundos dos patronos do arquivo e do museu, doadores de algumas das coleções de jornais ali classificadas como “fundos privados”. É o caso do “Fundo Correio do Povo”, onde se encontram documentos reveladores dos termos em que as elites empresariais aparecem qualificadas nos discursos públicos como “famílias pioneiras”, e de sua histórica atração pelas ideologias de extrema-direita. O mesmo jornal que nos anos 1930 combateu o integralismo sem deixar de manifestar simpatia para com os dirigentes do nazifascismo em Jaraguá,<sup>16</sup> notícia, quarenta anos mais tarde, a reunião do industrial Eggon João da Silva, seu cunhado e seu pai com o prefeito, visando à criação de um museu. A matéria consagra, além do ex-vice-prefeito criador do arquivo, o ex-secretário do subnúcleo integralista do Itapocuzinho, Emílio da Silva, como “guardião” da memória jaraguense.

O parentesco de Emílio com um dos mais importantes empresários locais confirma, por sua vez, a representação da cidade produzida na festa do centenário. Nela, Jaraguá aparece como obra de comerciantes e industriais reputados heróis civilizadores, ao passo que a própria municipalidade é entendida como “legado” daqueles heróis às futuras gerações. É, portanto, no espaço da política, e precisamente no espaço exíguo da política sob a ditadura empresarial-militar implementada no Brasil a partir de 1964, que essa forma de erudição ganha sentido, como arma discursiva legitimadora das pretensões de grupos com fortes interesses econômicos alçados a representantes da comunidade, e também como insígnia que define a identidade social dos enunciadores desse passado. Assim, a celebração dos “imigrantes pioneiros”, como forma de reforçar a “cultura do trabalho” (marca supostamente germânica impressa no processo de povoamento) representava um enquadramento útil à aproximação dos empresários locais com o regime.<sup>17</sup>

---

16 Sobre a relação aparentemente amistosa entre o *Correio do Povo* e Bruno Waltmann, presidente da filial jaraguense do N.S.D.A.P., ver Machado (2023, p. 85-86).

17 Sobre a associação entre regime militar e grupos empresariais catarinenses, ver Lohn (2018).

Essa configuração não é estranha a outros municípios da região nordeste de Santa Catarina. A exemplo de Joinville e Blumenau, o município de Jaraguá do Sul alinhou sua história às narrativas das regiões de colonização alemã, todas ancoradas no mito de origem do colono “pioneiro” (Pistorello, 2010). A valorização dessas áreas de colonização imigrante decorre da influência que as “elites emergentes” do final do século XIX, em sua maioria de origem teuto-brasileira, tiveram no processo de modernização em Santa Catarina (Piazza, 1974). Com o crescimento da economia catarinense, edificada no desenvolvimento da indústria têxtil, da agroindústria e a de máquinas e motores, a influência daquelas elites industriais na definição dos contornos de uma “cultura regional” tornou-se predominante. Dessa forma, o destaque dos imigrantes e descendentes na economia contribuiu significativamente com a construção de mecanismos de reprodução de uma “cultura étnica” de ascendência germânica em Jaraguá. Esta era representada em escolas e igrejas “alemãs”, na imprensa bilíngue e nos salões desportivos dedicados à prática do tiro ao alvo, todos empreendimentos privados, cujos proprietários eram comerciantes e empresários conhecidos como membros das famílias tradicionais e influentes, que têm seus espólios preservados nas instituições culturais. Nesses espaços, assim como nos rituais celebrativos da identidade jaraguaense, como a festa do colono e a “Schützenfest” (festa do atirador), prevalece a conformação da “cultura teuto-brasileira” enquanto um mecanismo político aglutinador (Cunha, 1987), uma forma de autorrepresentação local convergente com as figurações da regionalidade amplamente reproduzidas em Santa Catarina. A Schützenfest foi criada em 1989, por intermédio da “Associação dos Clubes e Sociedades de Caça e Tiro do Vale do Itapocu” (ACSTVI). A “festa do atirador”, que se tornou um evento anual e é, atualmente, considerada o grande festejo do município.

### O integralismo e a “comunidade” jaraguaense

Até a emancipação de Jaraguá, em 1934, o espaço político era demarcado pelos interesses dessas facções de industriais e comerciantes, ao passo que o cargo de intendente distrital estava sempre em harmonia com os governantes republicanos de Joinville, que indicavam os correligionários jaraguaenses do Partido Republicano Catarinense (PRC). A autonomia conquistada por Jaraguá em relação à Joinville, em 1934, coincide com a ascensão do movimento integralista, e foi beneficiária das disputas entre políticos “tradicionais” de Santa Catarina. Conforme demonstrado pela historiografia dedicada ao tema, o integralismo chegou a Santa Catarina em um momento propício à sua expansão. No cenário da política catarinense, as

lideranças republicanas tradicionais estavam enfraquecidas (Falcão, 2000, p. 126) e os representantes do Governo Provisório prolongavam suas disputas internas pelo poder, mesmo com a crescente insatisfação da população que ansiava pela implementação das reformas prometidas (Laus, 1985; Falcão, 2000; Zanelatto, 2007; Hackenhaar, 2019). Na ocasião, a crise interna à oligarquia catarinense permitiu a união dos interesses de empresários – divididos entre republicanos e liberais – e de pequenos proprietários, colonos e profissionais liberais que começavam a se organizar nas fileiras da recém-inaugurada AIB.

Estas disputas ocorreram em um espaço social com eixos de tomada de posição muito variáveis, em que as dimensões étnicas e religiosas, operadoras das relações entre as facções de políticos jaraguenses, se aglutinavam numa matriz geral que permitia a flexibilização de determinadas fronteiras sociais dentro da política. Nesse sentido, a categoria “comunidade”, permanentemente mobilizada nos discursos dos atores como um modo de integrar os valores religiosos e os sinais diacríticos da etnicidade (entendida como atributo de origem), serviu ao propósito de produzir os princípios de hierarquização e de concorrência na “cultura” e na “política” (Coradini, 2003) do município. Quando observada de perto, essa dinâmica evidencia que desde a emancipação, na década de 1930, e com maior afinco e sistematicidade a partir dos anos 1970, a produção objetiva daquilo que se considerava “cultural” em Jaraguá e região ocorria em instâncias francamente dependentes do poder político, sendo a “cultura” do município ditada pelos que detinham maior capital econômico. Na verdade, o acesso do empresariado à esfera política em Santa Catarina e Jaraguá do Sul passava pela conversão de capital econômico em capital simbólico através do investimento na “cultura” e na “memória da comunidade”, o que matizava a cultura política local e regional em tons elitistas.

Conforme apontado por Serge Bernstein, uma “cultura política” pressupõe a existência de um fenômeno evolutivo gerador de uma leitura comum do passado e de uma projeção semelhante de futuro. Logo, no interior de uma nação podem coexistir diversas “culturas políticas”, dado que sua reprodução e transmissão ocorrem a partir do “clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados” (Bernstein, 1998, p. 356). No caso de Jaraguá, essa cultura política local, em termos de disposições mentais relativamente compartilhadas, representa um conjunto de valores oriundos de um cristianismo conservador e dos sinais diacríticos da identidade teuto-brasileira, que depende de uma interpretação específica da história da imigração para ser legitimada. A dinâmica, ou as “regras do jogo”, da política jaraguense e sua

relação com as instituições culturais oficiais revelam um fenômeno político permeado por relações e identidades sociais justapostas, que transcendem as siglas partidárias. O acesso ao campo político era mediado pelo poder econômico, pela origem étnica e pelo uso de “heranças familiares” como forma de distinção e de inserção legítima nas disputas eleitorais. Nesse contexto, a doação dos espólios documentais de membros da elite jaraguaense adquire um sentido ritualístico, capaz de instituir patrimônios, reputações e alianças a um só tempo afetivas, profissionais e políticas.

Entre 1934 e 1945, a “elite política” jaraguaense equivalia ao tipo específico de imigrante (ou descendente de imigrantes) representado nos nomes dos titulares, doadores, e herdeiros de fundos custodiados no AHJS: eram chefes de famílias detentoras de capital para investimento, que enriqueciam com a exploração dos colonos. A maioria das famílias de imigrantes que alcançaram esse acúmulo de capital econômico não era constituída por agricultores, mas sim por comerciantes (Schörner, 2006, p. 25). A política local vinculava-se estreitamente às disputas pelo poder em âmbito estadual, e se fortalecia com as relações comerciais da região. Consultando algumas edições dos jornais *Jaraguá* (1934, n. 1, p. 1; 1934, n. 3, p. 1) e *Correio do Povo* (1930, n. 580, p. 1), percebe-se que decisões sobre antigas reivindicações de empresários políticos do distrito Jaraguá, como a questão de sua emancipação político-administrativa, eram reguladas de acordo com as circunstâncias da conjuntura política e, assim, evitavam rompimentos prejudiciais para a manutenção da ordem vigente na economia local. O único movimento ou partido político que suplantou a fronteira de classe na política de Jaraguá (e em muitos municípios do estado de Santa Catarina) foi a AIB, que ali instalou seu primeiro núcleo em setembro de 1934.<sup>18</sup>

A efetiva campanha dos integralistas, conduzida pelo jornal *Jaraguá*, buscava arregimentar a população a partir de questões referentes à nacionalidade, com apelo aos conflitos étnicos da região e à insatisfação com a “política oligárquica”, expressão que franqueava um ataque direto às elites políticas e econômicas de Jaraguá e Joinville.<sup>19</sup> Para aliar-se aos setores mais conservadores da sociedade jaraguaense, os integralistas também buscaram o apoio de militares e, especialmente, da população católica (Jaraguá, 1934, n. 45, p. 9). Como forma de ascensão social, romperam com o caráter elitista do sistema político-partidário local, trazendo trabalhadores rurais – pequenos agricultores chamados de “colonos” – para dentro da arena política.

---

18 Anauê, Joinville, 9 set. 1934.

19 Jaraguá, Jaraguá do Sul, 8 set. 1934.

De certa forma, o integralismo também promoveu o encontro entre culturas separadas pelas fronteiras étnicas da região, unindo-as por intermédio de seus princípios espiritualistas e por sua perspectiva ideologizada a respeito da miscigenação. No nativismo integralista, que valorizava as tradições e costumes do “povo brasileiro”, a formação de uma “raça comum” previa a “absorção” ou a “integração” das etnias pelo projeto de “Nação Integral” (Cruz, 2004). Dessa forma, dentro do processo de miscigenação, o “caboclo” e o “imigrante” teriam valor equivalente. Por outro lado, o caráter conservador, hierárquico, autoritário e nacionalista do integralismo encontrava respaldo nos valores fundamentais, extraídos do repertório identitário de uma cultura “teuto-brasileira” e na dinâmica da política catarinense.

Na esteira da desconfiança em outros países em relação à democracia liberal e do aprofundamento dos conflitos socioeconômicos, assim como das disputas políticas em Santa Catarina, a AIB apresentou-se enquanto uma alternativa política funcional dentro da lógica da comunidade. O caráter “popular” do movimento atendia aos anseios da população de ter seus interesses representados pelo poder público, questão que foi fundamental na arregimentação de um grande número de eleitores e militantes, constituídos majoritariamente por lavradores e operários: pela análise de 1.253 fichas de inscrição do Núcleo Integralista de Jaraguá<sup>20</sup> foi possível identificar que lavradores representam 83,48% dos registros de profissão. Em segundo lugar estão os operários, com 6,84%. Como afirma Falcão (2000, p. 144), em relação à preservação da identidade étnica da região, “o integralismo não surgia como uma ameaça, e sim como garantia de sua inserção numa comunidade mais ampla, ou seja, no próprio Estado brasileiro”. A lógica da “comunidade”, nesse sentido, por englobar os princípios religiosos e os valores fundamentais da identidade étnica hegemônica, foi contemplada pelos sistemas classificatórios dos integralistas e pelos preceitos ideológicos do integralismo.

Por outro lado, ainda dentro dessa lógica “comunitária”, o movimento criou uma oposição entre os interesses da classe industrial e dos trabalhadores do campo. Essa relação dicotômica entre “campo” e “cidade” foi sistematicamente ressignificada depois da derrocada dos integralistas e a retomada do poder pelos empresários/políticos, que, silenciando a experiência política fascista dos anos 1930, empreenderam a construção da identidade histórico-cultural da cidade a partir de um entrelaçamento ardiloso entre a “cultura local”,

---

20 Foi analisado um total de 2.683 registros, sendo 1.253 fichas especificamente do Núcleo de Jaraguá.

“germanidade” e a “cultura dos empresários”. Foi esse tipo de enlace que a festa do centenário, em 1976, promoveu, mobilizando, para tanto, objetos e documentos preservados, os quais viriam a compor os acervos do Museu “Emílio da Silva” e do Arquivo “Eugênio Schmöeckel”.

### Do segredo de família à (meia-)verdade revelada

Pode-se, a partir do que foi exposto até aqui, visualizar os agentes envolvidos com a transfiguração da história do município em uma narrativa ancestral baseada em categorias totais, como “pioneiro”, “família” e “comunidade”. A um só tempo onipresentes e invisíveis, essas categorias articulam diferentes esferas – religiosa, jurídica, moral e política – da vida social jaraguaense. São acionadas em narrativas que colocam ênfase sobre a “cultura imigrante” e o anticomunismo, obscurecendo a presença do integralismo na cultura política de Jaraguá. Este, sem ser nomeado, aparece no sigma gravado em obeliscos do cemitério municipal ou camuflado em sobrenomes de ruas, praças e escolas, batizadas com nomes de próceres do movimento.

Também no acervo do museu municipal, nascido da coleção pessoal de Emílio da Silva, em meio a milhares de objetos, documentos e fotografias que retratavam cenas e personagens históricos de Jaraguá, os vestígios que documentam a ampla adesão de cidadãos e políticos à voga integralista dos anos 1930 foram silenciados ou descontextualizados, a exemplo de um uniforme dos camisas-verdes, guardado na sala do diretor do museu por mais de dez anos. O mesmo padrão de encobrimento prevaleceu no Arquivo Municipal, onde parte da documentação que permitiria traçar uma estimativa de filiados ao núcleo local da AIB, identificá-los por seus respectivos nomes, profissões, filiação e origem, foi mantida em sigilo.

A razão dessa tática encobridora reside nas condições de transmissão da memória integralista nas décadas seguintes ao pós-guerra, bem como ao impacto exercido sobre a gestão da “cultura” e da “memória” em Jaraguá pelo desenvolvimento econômico do município, a partir dos anos 1960, com seus desdobramentos demográficos, sobretudo a partir dos anos 1990. De acordo com Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro (2007, p. 44), no contexto da Guerra Fria, os integralistas trabalharam na reputação do movimento ocultando seus vínculos com o fascismo e enfatizando seu discurso anticomunista. Dessa maneira, era necessário que a participação do integralismo na implementação do Estado Novo e sua relação com o fascismo fosse ressignificada ou esquecida. Naquele contexto, pesquisas acadêmicas que demonstravam a existência de vínculos entre integralistas, fascistas e nazistas foram acusadas pelos “herdeiros do Sigma” de ser “uma mentira oficializada pela academia” (Bertonha, 2007, p. 114).

Além disso, as transformações advindas com o avanço da indústria jaraguaense – em especial o êxodo rural interno, a migração de trabalhadores paranaenses (Schörner, 2006) e a inversão dos percentuais da população urbana e rural – acirraram as contradições sociais e tensionaram o modo como se representava a cidade. Formularam-se então políticas públicas voltadas à afirmação exclusiva dos atributos próprios do “cidadão jaraguaense”. A serviço dos interesses empresariais, colocava-se em operação, no nível das práticas de representação (Chartier, 1988), uma associação direta entre a identidade social da elite e a identidade cultural do município.

Com poucas alternâncias partidárias na prefeitura e na câmara legislativa, o investimento na celebração do setor industrial como cerne de uma cultura germânica autóctone desenvolveu-se consistentemente: em 1976, comemorou-se o Centenário da Jaraguá do Sul exaltando as indústrias e os “pioneiros”; no mesmo ano, foi lançado o livro de Emílio da Silva *Jaraguá do Sul - II Livro: um capítulo na povoação do Vale do Itapocu*, contendo notas biográficas laudatórias que celebravam o legado dos “ancestrais” alemães. Em 1986, ensaiou-se o primeiro museu municipal da cidade, cuja exposição, homenageando Emílio da Silva e sua coleção de fotografias, repetia expograficamente a narrativa de seu livro. Em 1989, a população jaraguaense assistiu à primeira Schützenfest, festa do atirador em homenagem à “tradição” germânica do município; em 1996, o Arquivo Municipal é rebatizado com o nome do político udenista Eugênio Schmöckel, e em 2001 o primeiro museu da cidade é reinaugurado no antigo prédio da prefeitura como Museu Histórico Emílio da Silva (MHES). Vinte anos depois, o AHMJS acumula acervos representativos da elite empresarial, que também homenageia os “pioneiros da cultura”, encarregados de celebrar a memória dos ancestrais.

Mais recentemente, o sinal infamante sobre o histórico engajamento dessas elites com projetos totalitários foi revertido, inaugurando uma nova fase no relacionamento público com a história do integralismo e, em particular, com os eventos que cercaram a campanha emancipatória de 1934 e o primeiro pleito eleitoral de Jaraguá do Sul, realizado em 1936. Um ponto de inflexão nesse sentido foram as duas edições do evento “Mesa Redonda do Integralismo”, promovido pelo MHES em 2014 e 2015. Seu objetivo declarado era realizar “uma análise aprofundada” sobre as gerações das famílias jaraguaenses que participaram da AIB.<sup>21</sup> Em continuidade com tais iniciativas, em abril de 2016, a Câmara de Vereadores comemorou os 82 anos de emancipação com a restituição simbólica dos mandatos

---

21 Mesa Redonda Integralismo - 12. Jaraguá do Sul: Gsp Pfiffer, 2014. Digital, son., color. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=KsjQVZK7gng&t=6s&ab\\_channel=GSPPfiffer](https://www.youtube.com/watch?v=KsjQVZK7gng&t=6s&ab_channel=GSPPfiffer). Acesso em: 21 out. 2021.

do prefeito e dos vereadores cassados em 1937, quando da instauração do Estado Novo. Dos oito políticos homenageados, apenas dois não estiveram vinculados ao Núcleo Integralista local. Os outros seis – incluindo Emílio da Silva – haviam integrado a chapa integralista vitoriosa nas eleições municipais, em 1936.

Na cerimônia, a história da participação dos integralistas na primeira legislatura da cidade é relida em termos de um futuro democrático que teria sido interrompido pelo autoritarismo do Estado Novo. Apesar das semelhanças ideológicas e pragmáticas entre o projeto político autoritário do Estado Novo de Getúlio Vargas e o nunca implementado “Estado Integral” de Plínio Salgado, as discussões das mesas e os discursos de homenagem aos políticos que tiveram seus mandatos cassados compõem um cenário em que Vargas figura como ditador sanguinário, enquanto os integralistas são representados como vítimas da violência de Estado. Assim, diferente de qualquer outra solenidade organizada pela Câmara de Vereadores, a comemoração dos 82 anos da municipalidade dedicou-se a acertar as contas com o passado, demandando dele reparação. Fiadora das promessas de um futuro melhor, a memória colocada sob a égide do “nunca mais” revestiu o testemunho de familiares das “vítimas”, agregando às falas dos convidados da noite um gradiente moral comprometido com a justiça política.

Entre os envolvidos na organização desse ritual de depuração histórica, destacam-se um historiador e um bacharel em direito unidos pelo propósito comum de reabilitação moral e política do integralismo. O primeiro, então diretor do MHES, havia firmado, dois anos antes, enquanto organizava as “Mesas Redondas” de 2014 e 2015, uma parceria com a Câmara de Vereadores e com o Arquivo Histórico. Dela resultou a criação, no Museu, de um espaço dedicado à memória da primeira legislatura de vereadores (1934-1936) e a ampliação do circuito expográfico. A nova exposição incorporou à história do município episódios que até então jaziam em fotos sem metadados ou nas páginas dos livros publicados por memorialistas, relativos à repressão policial do integralismo. Também o patrono do museu, Emílio da Silva, até então representado como “vovô Emílio”, teve seu passado político relembrado. Junto com a exibição de vários itens que haviam sido ocultados das exposições (a exemplo da camisa verde com o sigma, que se supõe ter pertencido a ele), foram expostos objetos colecionados pelo segundo envolvido com o certame.<sup>22</sup>

---

22 Ver em: <http://historia-do-prp.blogspot.com/2015/10/museu-historico-emilio-da-silva-promove.html>. Acesso em: 12 jun. 2023. E [http://www.brasilalemanha.com.br/novo\\_site/noticia/missao-do-museu-historico-emilio-da-silva-espaco-luz-e-memoria-da-cidade-de-jaragua-do-sul-sc-por-ademir-pfifer-historiador/1430#](http://www.brasilalemanha.com.br/novo_site/noticia/missao-do-museu-historico-emilio-da-silva-espaco-luz-e-memoria-da-cidade-de-jaragua-do-sul-sc-por-ademir-pfifer-historiador/1430#). Acesso em: 13 jun. 2023.

Trata-se de um advogado ligado à Frente Integralista Brasileira (FIB), organização neointegralista defensora da doutrina de Plínio Salgado. Em 2016, ele pesquisava memórias de militantes do movimento, tendo publicado três anos antes, em coautoria, um artigo intitulado “Memórias de família: a história de militância do sr. Sérgio de Vasconcellos”, na *Revista Brasileira de Filosofia e História* (Santos; Figueira, 2013). Nascido em 1958, Sérgio compunha a terceira geração de uma família de integralistas, sendo um dos fundadores da nova Ação Integralista Brasileira (AIB), entidade fundada em outubro de 1987. No blog do autor do artigo encontramos um comentário de agradecimento que lhe fora dirigido pelo diretor do museu:

O Museu Histórico “Emílio da Silva”, através de pesquisas sociais e políticas, referentes aos anos 30, no acervo documental de época, do Arquivo Histórico ‘Eugênio Victor Schmöckel’ busca e estimula parcerias para difusão do legado histórico-cultural do seu patrono [...]. Agradecemos [...] pela sua colaboração ao ceder parte da sua coleção documental e fotográfica, para organização desta exposição.<sup>23</sup>

## O legado de Emílio da Silva

Compreender a construção de uma narrativa inteligível sobre o passado de Jaraguá do Sul e a criação das instituições públicas que fabricaram o panteão “heroico” da cidade requer uma análise detalhada dos processos sociais que concederam a Emílio da Silva, notório integralista, o título de “mestre” da história do município. O maior e mais importante projeto de “memória coletiva” em Jaraguá do Sul foi produzido a partir de seus investimentos pessoais, aliados aos interesses e recursos do setor privado.

A obra de Silva, marcada por uma escrita autobiográfica, pode ser compreendida em termos de uma estratégia de inserção e consagração de seu “legado” dentro da narrativa oficial da colonização e do desenvolvimento da cidade de Jaraguá do Sul. Seu projeto memorialístico, organizado a partir de uma coleção de documentos (desde registros burocráticos até testemunhos de antigos moradores), fotografias e objetos, representa uma das etapas de sua jornada em busca de reconhecimento e prestígio perante a comunidade jaraguense. Nesse caso, Silva investiu na construção de uma “memória histórica” da qual pudesse fazer parte integralmente.

---

<sup>23</sup> “Museu Histórico Emílio da Silva promove mesa redonda e exposição sobre Integralismo em Jaraguá do Sul - SC” 21/10/2015. Disponível na internet: <http://historia-do-prp.blogspot.com/2015/10/museu-historico-emilio-da-silva-promove.html>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Nascido em Joinville em 1º de novembro de 1900, Emílio foi preterido por seu pai biológico, Afonso Alves Siqueira, um canoieiro. Sua mãe, Maria Umbelina da Silva, viveu sob o estigma de ter sido escrava liberta; entretanto, encontrou emprego na família do engenheiro Emílio Carlos Jourdan, atuando como ajudante e babá nos primórdios do “Empreendimento Jaraguá” (Barbosa, 2011; Silva, 1975). Devido à precária situação econômica, Maria Umbelina, que tinha muitos filhos, viu-se obrigada a estabelecer um acordo informal com sua sobrinha, Claesdina de Goés Lehmert, e o marido desta, o imigrante e engenheiro austro-húngaro Carlos Lehmert, para que adotassem o recém-nascido.

Sendo um homem negro, filho de uma escrava liberta e adotado informalmente por um imigrante, Emílio não recebeu o sobrenome europeu nem qualquer herança material de seus tutores. No entanto, determinado a ser reconhecido como integrante legítimo da comunidade jaraguense, ele encontrou nos costumes da cidade um meio de acesso àquela condição. Além de estudar na Escola Particular Alemã, recebeu de sua família ensinamentos sobre o idioma “alemão clássico” (Barbosa, 2011). Tendo em vista a importância da “origem” e da “língua” nas convenções da comunidade em que Emílio da Silva estava inserido, é compreensível que, na impossibilidade de oficializar sua filiação a um sobrenome europeu, ele tenha concentrado seus esforços, com o auxílio familiar, em desenvolver notável proficiência na fala e na escrita do idioma. Seria, portanto, uma das formas de obter pertencimento, visto que “julgavam-no um mulato, um caboclo” (Barbosa, 2011, p. 50.).

No decorrer da década de 1920, Emílio atuou como professor na região do Vale do Itapocu. Dominando a escrita e a fala do português e do alemão, dedicou-se a lecionar a língua portuguesa aos filhos dos colonos alemães, italianos e húngaros (Barbosa, 2011). A partir das disposições que adquiriu em sua socialização na região colonial, Silva mobilizou o capital cultural proveniente de sua educação familiar e se utilizou do ensino como forma de mediação dos conflitos étnicos da região. Sua carreira de professor abriu-lhe a possibilidade, em certa medida, de acumular prestígio na comunidade e, ao mesmo tempo, enfraquecer a barreira linguística nas fronteiras da identidade teuto-brasileira. Silva também foi responsável pela fundação de salões de dança, sociedades de tiro, pesca e caça e, como ávido musicista, fazia-se sempre presente nos espaços de sociabilidade do distrito (Barbosa, 2011).

Colocando a batalha pela identidade étnica ou regional como parte das lutas de classificação, isto é, como um esforço para obter o controle exclusivo da imposição da definição legítima das divisões no mundo social e, por consequência, da criação e dissolução de grupos (Bourdieu, 1989, p. 113), pode-se sugerir que

enquanto Emílio não deteve o poder de criar uma versão do passado jaraguense que incorporasse sua biografia, utilizou-se de outras estratégias para alcançar reconhecimento entre os imigrantes. Uma das estratégias foi a elaboração de um fundo de reserva – uma coleção de fotografias, depoimentos e documentos históricos empregados na escrita de seu livro sobre a história de Jaraguá do Sul e, mais tarde, na criação do acervo do Museu Municipal.

A constituição de um acervo pessoal implica, necessariamente, uma intenção de preservação material do passado orientada pela projeção de um futuro imaginado, geralmente segundo os critérios específicos do colecionador. São muitas as narrativas que se insinuam na classificação e ordenamento de objetos e documentos, uma vez que a produção de registros e sua posterior organização é regulada por um “regime de práticas” que varia no tempo e no espaço (Ketelaar, 2001, p. 135). No caso da coleção de Silva, sua constituição articula-se aos processos de conversão e reconversão de capital que desenharam os rumos de sua trajetória dentro dos espaços da “política” e da “cultura” locais. O sentido estratégico desse investimento está, portanto, condicionado pelos efeitos duradouros dos conflitos étnicos e políticos de Jaraguá e região. Assim, ao longo de quarenta anos de colecionismo, como que em um acordo tácito com a “comunidade” a qual pretendia pertencer, Silva biografou e inventariou as “famílias tradicionais” de Jaraguá do Sul, tornando-se uma espécie de guardião da memória das elites, ao receber fotografias e testemunhos das famílias ilustres da cidade.

A rede de trocas materiais e simbólicas em que Silva esteve inserido durante as décadas de 1920 e início de 1930 foi reforçada e ampliada com a chegada da AIB. Anteriormente filiado ao PRC, Silva se tornou secretário e destacado líder do Núcleo Integralista de Jaraguá, ainda em 1934. Sua motivação para aderir à “doutrina do Sigma” extrapola as explicações correntes na historiografia, que se baseiam nas frustrações da população catarinense com a “velha política” oligárquica e/ou com a possibilidade de ascensão social e política oferecida pela AIB durante aquele período. No que se refere aos processos de identificação, o movimento integralista permitiu amenizar as contradições entre sua “herança húngara” adotiva com sua condição de brasileiro, além de aliar sua ideologia aos valores dos imigrantes que prezavam pelo trabalho, pela fé em Deus e organização patriarcal da família.

Sua destacada atuação na AIB lhe rendeu um significativo reconhecimento de suas virtudes entre os colonos, sobretudo a partir da ressignificação da sua imagem de “caboclo” – positivada a partir das inspirações nativistas do movimento, que permitiram uma espécie de reversão do seu estigma em emblema. No entanto, com a depreciação do movimento integralista após a tentativa de

golpe de 1938, Emílio da Silva, que ainda foi candidato pelo PRP em 1947<sup>24</sup>, afastou-se da política, mantendo-se por muitos anos atuante no serviço público.

Em 1951, Emílio encerrou sua carreira como professor estadual. Durante o mandato de Roland Harold Dornbusch (PRP), eleito prefeito em 1962, foi promovido (Barbosa, 2011, p. 691), obtendo um aumento no valor de sua aposentadoria e os recursos necessários para o avanço de seu trabalho de memorialista. Com efeito, a partir de 1960, começou a articular a musealização de sua coleção particular com o apoio de empresários e políticos locais (Canuto et al., 2010). Suas negociações diretas com a prefeitura indicam que o poder público da época reconhecia sua notabilidade política e cultural. Outra evidência do prestígio obtido por Emílio da Silva a partir do crescimento da empresa de seu filho está na importância dos cargos que ocupou depois de aposentar-se. Em 1968, por exemplo, Silva foi nomeado delegado, apesar de não ter nenhuma formação jurídica específica. Segundo seu biógrafo, (Barbosa, 2011, p. 771), Silva foi “reconduzido para o mesmo cargo, por ato de 7 de fevereiro de 1972” e novamente, em caráter provisório, em 1977.

O livro *Jaraguá do Sul - II Livro: um capítulo na povoação do Vale do Itapocu*, de sua autoria, foi publicado pela primeira vez em 1975, sendo reeditado em 1983 e em 2005, quando foi intitulado *Jaraguá do Sul: a povoação do Vale do Itapocu*.<sup>25</sup> Em 1976, a obra de Silva foi relançada durante os festejos do centésimo aniversário de fundação da cidade. Inserido numa influente rede de trocas simbólicas (a SCAR)<sup>26</sup> e econômicas (a ACIJS), Silva ocupou um lugar privilegiado nas negociações que constituíram a organização do Centenário. Segundo Mahfud (2010, p. 40), a participação de Silva na construção de uma exposição fotográfica de caráter histórico decorreu de sua própria sugestão ao presidente da Comissão de Promoções, Dietrich H. W. Hufenuessler.<sup>27</sup> Estas informações revelam que

---

24 Conforme a notícia, Emílio da Silva era candidato a vereador e conseguiu somente 19 votos, emplacando a posição de segundo candidato menos votado naquela eleição. *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 1947. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/correiodopovo/1947/CDP19471458.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

25 A classificação da obra como o segundo livro da cidade faz referência ao trabalho do Frei Aurélio Stulzer, *O primeiro livro do Jaraguá* (1972), com o qual Emílio da Silva contribuiu bastante. Ver mais na dissertação de mestrado de Gabriel Simon Machado (2023), intitulada *Memórias em desagravo: integralismo e revisionismo no Museu Histórico Emílio da Silva* (2001-2016).

26 Fundada no dia 29 de setembro de 1958, através da lei n. 15, a Sociedade Cultura Artística (SCAR) foi a primeira instituição de utilidade pública de Jaraguá do Sul. Sua idealização surgiu a partir dos esforços de instrumentistas, como Adélia Piazero Fischer, Francisco Fernando Fischer, Fernando Springmann, Aleixo Dellagiustina, João Budal da Silva, Joaquim Piazero e Emílio da Silva (Schroeder; Chiodini, 2019).

27 Conforme noticiado pelo *Correio do Povo* (1976, n. 2.882, p. 1), a coordenação geral do evento ficou sob o comando de Eggon João da Silva, Dorval Marcatto e Nelson Driessen. O responsável pela organização de desfiles e exposições de ordem artística e cultural foi o presidente e coordenador da “Comissão de Promoções” Dietrich H. W. Hufenuessler, integrante da ACIJS, e também presidente da Sociedade de Cultura Artística (SCAR).

a escolha de Emílio como principal responsável pela organização de uma “exposição histórica” acontece no interior de uma trama complexa de recorrentes conversões e reconversões de diversos tipos de capital.

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que, naquele momento, Silva dispunha de uma quantidade relevante de capital social, angariado no decorrer de sua vida e a partir das diversas posições que ocupou. As redes de conhecimento e de influência nas quais conseguiu se inserir, permitiram que 1) entrevistasse determinadas pessoas para a elaboração de seu livro, 2) recebesse de algumas famílias jaraguenses documentos, objetos e fotografias para a sua coleção particular, posteriormente repartida entre o museu e o arquivo municipais, e 3) tivesse suas “sugestões” a respeito dos investimentos públicos na “cultura local” acatadas pela prefeitura. Entretanto, como parte considerável de seu capital social resulta de uma reconversão do capital econômico de sua família, observa-se, em segundo lugar, que o pico da ascensão social de Silva acontece na esteira do sucesso econômico da WEG e da consolidação da ACIJS enquanto instituição de grande influência na política jaraguense. Isso indica o terceiro ponto da trama, arrematando um esquema cíclico de transformação de recursos sociais (materiais e simbólicos) neste período: a conversão do capital econômico da ACIJS em capital político garantiu a eleição de determinados candidatos ligados aos seus interesses. A reconversão desse capital político, indiretamente mobilizado por Emílio da Silva, gerou uma lucrativa quantidade de capital social e garantiu-lhe uma posição quase inquestionável de prestígio como “pioneiro” cronista da cidade.

Produto desse contexto, a narrativa do *II Livro de Jaraguá* privilegia a classe de empresários da urbe e relega os trabalhadores da colônia a um papel secundário no desenvolvimento do município. Os trabalhadores que se destacam na pesquisa de Silva são aqueles que permitem estabelecer um vínculo direto entre o passado do autor e a própria construção da “Colônia Jaraguá”. Essa confluência visível entre autobiografia e “memória coletiva” no projeto de Silva se fundamenta na visão (autorizada pela classe política e empresarial) que ele sustenta de si como “demiurgo” da história de Jaraguá. Essa posição demiúrgica advém de diferentes fatores, como sua origem ao mesmo tempo “austriaca” e cabocla; o capital cultural herdado da família austriaca, de seus investimentos como registrador e colecionador, de sua trajetória política ligada ao integralismo e ao exercício da atividade repressiva durante a ditadura enquanto delegado, além do capital econômico de seu filho.

Entretanto, o envolvimento de Emílio da Silva com os primórdios da colonização jaraguense ainda se dá por linhas de ascendência humildes, dada a

origem social de seus parentes. Dessa forma, sua figura de mediador cultural também opera uma mediação simbólica entre os degraus desiguais da pirâmide social – isto é, entre ricos e pobres, negros e brancos, colonos e industriais –, organizando, ao mesmo tempo, a sua própria história de vida e a história da coletividade jaraguense a partir das trocas que estabeleceu (enquanto narrador em processo de consagração) com os membros da elite política e empresarial de Jaraguá do Sul. Junto com as biografias escritas por ele, fotos em preto e branco dos primeiros barracos, de paisagens do vale, retratos de casais e dos primeiros habitantes da colônia ajudaram a produzir uma representação imagética do passado capaz de inserir os sobrenomes dos “pioneiros” em uma narrativa teleológica progressista. Esta, por sua vez, faz do passado um dado inteligível e legitimador dos capitais associados aos nomes daquelas famílias. Com efeito, o exercício da prerrogativa de narrador adquirida por Silva se constituiu como ação política, uma vez que a sua versão da história da cidade legitima também a dinâmica da política local enquanto um “negócio de família”, em que a figura do “bom político”, no sentido de um gestor eficiente, é associada ao legado de famílias de empresários bem-sucedidos.

É interessante destacar que não existem menções na exposição do Centenário, nem mesmo no livro de Emílio da Silva, sobre a trajetória da AIB em Jaraguá do Sul. Em 1970, boa parte dos integralistas da base do PRP haviam se afastado da política ou foram absorvidos pela Arena, enquanto alguns ex-integralistas de alto escalão que apoiaram a ditadura, como Olímpio Mourão Filho, foram relegados a funções de pouca influência.

Vimos que, tanto na festa do Centenário, quanto no livro e na coleção de Silva, o enquadramento proposto tinha como foco a inserção da história da cidade dentro da história da colonização, buscando construir uma “memória política” e “histórica” a partir do legado de industriais que, como se sabe, nunca foi a base social do integralismo em Jaraguá do Sul. A ausência da “memória integralista” no interior da “memória política” da cidade indica o quanto os processos de rememoração coletiva estão relacionados com a morfologia social do município e sua respectiva evolução (Gensburger, 2005). Dito de outra forma, este “esquecimento” pode ser compreendido pela posição marginal dos integralistas em âmbito nacional e pelo rompimento de Silva, ainda na década de 1940, com o grupo (os integralistas remanescentes) ou “círculos coletivos” que permitiriam uma estruturação adequada dessa memória.

De uma forma geral, pode-se dizer que a memória dos conflitos e perseguições políticas de 1930 e a associação de figuras ilustres da cidade com ideologias totalitárias, como o nazismo e o integralismo, é abafada pela sobreposição de outra

lembrança, ou melhor, de narrativas centradas no progresso da cidade, as quais são recortadas cronologicamente em torno do período entre 1970 e 1990. Este intervalo corresponde, como vimos, ao da hegemonia política da Arena em nível municipal, quando se comemora a festa do centenário de fundação e se planejam os primeiros equipamentos culturais do município (o arquivo e o museu), e ao da expansão industrial de Jaraguá, com a maior participação no mercado nacional.

Posteriormente, quando a coleção de Silva foi institucionalizada no MHES, reinaugurado após a sua morte e atualizado pelos interesses de seus familiares e da primeira diretora do Museu Histórico, Alcioni Canuto, aparecem alguns registros do movimento integralista na cidade e da participação do patrono nessa organização. Contudo, o que prevaleceu na narrativa expográfica foi a valorização da figura do colono imigrante, da germanidade, do trabalho e dos legados das “famílias tradicionais”. A imagem de Emílio, perpassada por sua origem “cabocla”, sua militância integralista e sua postura autoritária como professor e delegado, foi reformulada. No lugar dele, surgiu o personagem “vovô Emílio”, um simpático velhinho branco, contador de histórias e “guardião” da memória jaraguense.

Nos primeiros anos de funcionamento da instituição, a Fundação Cultural de Jaraguá do Sul e o “grupo WEG” financiaram a reedição do livro infantil *Crescendo com a nossa história*,<sup>28</sup> incluindo em sua narrativa o personagem “vovô Emílio”, produzido para ser distribuído e utilizado nas escolas do município como material didático. Nessa nova fase, o projeto memorialístico de Silva já não dependia exclusivamente de sua coleção e foi marcado pela presença de novos agentes. De certa forma, no período em que Arquivo e Museu coabitaram o galpão da estação ferroviária de Jaraguá, as exposições constituíam um investimento pessoal de ordenamento de um passado coletivo. No entanto, o falecimento de Silva implicou uma transferência do seu poder de decisão sobre a expografia, que passou a ser partilhada de forma desigual entre seus familiares e Alcioni Canuto.

A construção do “vovô Emílio” passou pela amenização dos traços de austeridade do homem referenciado,<sup>29</sup> criando uma representação amigável e simpática do “professor Emílio da Silva”. Além disso, uma das características mais marcantes na construção desse personagem está no “embranquecimento”

---

28 Jagnow, Egon Lotario; Canuto, Alcioni Macedo; Diefenthaler, Eliza M. Ressel. *Crescendo com a nossa história*: cartilha de atividades. Jaraguá do Sul, SC: Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, 2001. 63 p.

29 Em Barbosa (2011, p. 293), encontra-se um depoimento da filha de Emílio da Silva a respeito da postura de seu pai enquanto professor: “ele mesmo se descrevia como um mestre de linha dura, que para conseguir resultados satisfatórios na disciplina e na aprendizagem dos alunos, usava métodos da velha escola, onde castigos físicos, como ajoelhar no milho ou levar palmadas, eram aceitos como necessários, pelo mestre e pelos pais”.

fenotípico de Silva, desenhado em traços e cores que em nada remetem à figura do “caboclo” com a qual fora identificado na década de 1930. Sugere-se que essa tentativa de embranquecer Emílio é indicativa do viés étnico-racial das disputas sociais que permeavam a construção de representações históricas em Jaraguá do Sul. A forma atribuída ao “vovô” seria, portanto, resultante das contradições oriundas do processo histórico-social que fez de um “caboclo” o porta-voz e principal defensor do legado de diversas famílias descendentes de imigrantes europeus. O mesmo processo que leva essas famílias a depositarem no Arquivo Municipal o legado documental de seus ancestrais como uma espécie de ritual de autoconsagração. Situada no entrecruzamento do social com o cultural, a história do município é, assim, construída sob a forma de narrativas biográficas panegíricas, elaboradas como atestação das relações que os descendentes dos “pioneiros” mantêm com o passado e, nesse viés, seu vínculo “originário” com a etnicidade teuto-germânica, entendida ao mesmo tempo como princípio de construção de uma realidade coletiva – a “comunidade” – e como item de vestidura pessoal. No processo de institucionalização da coleção de Silva, fica evidente a importância dos laços de parentesco para garantir a plena execução das estratégias de consagração de determinados agentes e famílias.

Na conciliação entre os interesses do setor privado e do poder público, a função pedagógica do Museu se apresenta como derivação da imagem humilde, legalista, cívica, ordeira, desinteressada e abnegada da vida de Emílio da Silva. Entretanto, em um contexto democrático, a atuação política do patrono na AIB precisou ser suavizada, silenciada e até ocultada nas exposições do Museu, para que fosse possível tornar Silva um “homem-semióforo” (Abreu, 1996), capaz de transformar o “mito fundador” do imigrante pioneiro em história e, dessa forma, dissimular as contradições e os conflitos sociais de Jaraguá do Sul, tanto no passado quanto no presente. Não por acaso, as representações que foram produzidas posteriormente à morte de Emílio passam ao largo de sua origem “cabocla” e exaltam sua “herança europeia” adotiva, assim como sua obsessão pessoal em construir, preservar e transmitir os costumes de uma comunidade predominantemente teuto-brasileira.

No encerramento da sessão solene de 2016, Emílio da Silva Neto, enquanto representante dos familiares dos homenageados da noite, proferiu um discurso repleto de indignação. Destacou as razões que justificaram sua escolha, resgatou lembranças sedimentadas nos livros de história da cidade a respeito de seu avô e exaltou a abnegação dos políticos da primeira legislatura ao questionar se, atualmente, existem políticos melhores:

Me perguntei, quando recebi o convite, por que eu deveria falar em nome dos familiares dos vereadores destituídos em 1937. [...] A [razão] emocional diria que o meu avô era, realmente, uma figura diferente. O único “caboclinho” naquele grupo de alemães, húngaros, italianos, poloneses e estonianos. [...] Foi praticamente o único presidiário do integralismo, que foi o único corajoso que, quando perguntaram quem era integralista, levantou o dedo. E pegaram o “caboclinho” e levaram preso para Florianópolis. Lá para o quartel de polícia, lá em Floripa. Então, era realmente uma figura diferente. E teve mil e uma profissões. Embora fosse o “caboclinho” Silva, ensinava alemão aos alemães. Esta é a componente, digamos, emocional, que levou eu [sic] a ser o escolhido. E a componente racional é que, por ser neto de historiador, eu gosto muito de história.<sup>30</sup>

Em seu pronunciamento, o diretor do museu agradeceu às autoridades presentes e listou uma rede de pessoas responsáveis pela gestão e transmissão da memória integralista na cidade, destacando as contribuições de Eugênio Victor Schmoeckel, “o primeiro historiador a reconhecer a legitimidade do movimento político que inseriu Jaraguá do Sul no cenário político nacional”; Loreno Hagendorn, “cidadão que dedicou-se ao garimpo e pesquisa sobre o integralismo com a coleção etnográfico-documental que se encontra no arquivo histórico municipal” e José Alberto Barbosa, “cidadão pioneiro a dedicar-se a uma obra biográfica sobre o cidadão Emílio da Silva” (Sessão... 2016). Por fim, explicou que

em 2013, a gestão do prefeito Dieter Janssen defendeu o fomento da pesquisa de história e memória no espaço museológico. Assim, a missão institucional passou a focar a trajetória do professor e historiador Emílio da Silva, ligado ao movimento do integralismo, pois o mesmo fora expoente e vereador. (Sessão... 2016)

Com a exceção de Loreno Hagendorn, todos os citados são autores de obras históricas saudosistas em relação ao integralismo. Schmöckel (1997), em seu livro, reconhece as inspirações fascistas do movimento, mas justifica que “os ‘camisas verdes’ não sabiam disto, pois a outra grande bandeira era, note-se, o combate ao comunismo, ação que constituía a grande luta do governo a partir de 1964, sem por isto merecer a pecha de ‘regime fascista’” (Schmöckel, 1997,

---

30 Sessão Solene 82 anos de Emancipação de Jaraguá do Sul. Direção de Tv Câmara Jaraguá. Produção de Tv Câmara Jaraguá. Realização de Tv Câmara Jaraguá. Coordenação de Tv Câmara Jaraguá. Jaraguá do Sul: Tv Câmara Jaraguá, 2016. (92 min.), Digital, son., color. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=p3LzeHVoPGQ&ab\\_channel=TVC%C3%A2maraJaragu%C3%A1](https://www.youtube.com/watch?v=p3LzeHVoPGQ&ab_channel=TVC%C3%A2maraJaragu%C3%A1). Acesso em: 21 out. 2023.

p. 48). Na esteira desse pensamento, a obra de Barbosa (2011) também dilui as implicações éticas das inspirações fascistas da AIB no objetivo maior de “combater o comunismo” (p. 332). Segundo o autor, “sobre o tal movimento, muitas inverdades foram lançadas e agora, passadas diversas décadas, findas as paixões, é tempo de se realizar exame mais crítico e mais isento do integralismo” (Barbosa, 2011, p. 332). Tamanha foi a “isenção” de Barbosa, que dedicou um capítulo inteiro de seu livro para tratar da “revolução de 1964” (p. 765). Nele qualifica como “possível e mesmo desejável [que] se desenvolva um neo-integralismo, como filosofia de vida, centrado no tripé Deus, Pátria e Família” (p. 334).

### Considerações finais

Quando teóricos da arquivologia propuseram para os arquivos a teoria da “estruturação” de Giddens entenderam a importância de não tomar as relações entre indivíduo e sociedade como entidades estáticas. Pelo contrário, o social é, dentro dessa perspectiva, apreendido no bojo do movimento gerado por ações que ao mesmo tempo estruturam os sistemas de troca e são estruturadas por eles. A perspectiva colocada por essas reflexões é a de conectar os acervos às dinâmicas sociais em que se negocia a presença do passado – e, neste caso específico, a memória pública do integralismo – em contextos socioculturais específicos. A vantagem desse tipo de análise é que ela nos possibilita ampliar o escopo reflexivo dos estudos sobre a transmissão da memória, agregando às considerações teóricas e epistemológicas sobre as relações que ela mantém com a história a análise do modo como arquivos e memórias efetivamente se conectam a estruturas sociais mais amplas (Gensburger, 2005; Lavabre 2000).

Tal enfoque inviabiliza qualquer percepção tradicional dos arquivos que os associe a repositórios inertes de informações históricas verdadeiras. Ele realça, pelo contrário, os vínculos dos arquivos e coleções com as dinâmicas de estruturação do passado, um passado que é negociado no âmbito das práticas sociais que, transpondo e retrazendo as fronteiras entre o público e o privado, geram documentos e arquivos. Tais práticas, embora possam contemplar atos individuais, não devem ser lidas como atos isolados, e sim como investimentos realizados por atores que, como nota Giddens (2014, p. 110), detêm o conhecimento estruturado necessário à previsibilidade de suas ações. Instalados nesse domínio, os gestos antecipadores do registro visando à preservação configuram comportamentos recorrentes, práticas que funcionam como pontos de articulação entre os atores e as estruturas sociais (Nizet, 2007, Giddens, 1979). No âmbito destas últimas os arquivos servem à história apropriada em sua dimensão ritual, legitimadora, capaz de indicar a posição do narrador no espaço social.

Em tal perspectiva, a ideia de instrumentalidade dos documentos remete aos esquemas classificatórios, às hierarquias sociais e aos sistemas de troca que presidem as ações de produzir, guardar e transmitir arquivos, compreendidos como evidências materiais do investimento de atores na edificação de memórias e legados. Dada a indissociabilidade das práticas sociais com os processos de estruturação, compreender o ocultamento da “memória integralista” em Jaraguá do Sul supõe, então, analisar a morfologia social jaraguaense e sua evolução, correlacionando as características sociais dos atores e grupos envolvidos tanto no processo de “lembrar” quanto nos esforços de “esquecer”. Nesse processo, a dimensão do segredo e do silenciamento articula-se à dupla inserção política do colecionador Emílio, como delegado de polícia e como integralista, mas não só. Ela permite explorar formas ordinárias de ação política, captadas através das atividades educativas, recreativas e dos acervos que os mediadores da memória cultural de Jaraguá construíram. Prevalece aqui uma retórica de defesa dos valores comuns, na qual os meios pelos quais esses valores se impõem e a arena em que se disputam os limites do “comum” são recobertos por categorias totais, como “pioneiro”, “família” e “comunidade”.

No caso do Centenário, o enquadramento da memória proposto pelos colecionadores e encampado pela administração pública teve como foco a inserção da história da cidade dentro da história da colonização, valorizando o legado de industriais ligados ao PRC e ao PL. No contexto da década de 1970, apesar das semelhanças ideológicas entre o regime militar e o projeto de “Nação Integral” do integralismo, a “memória integralista”, principalmente aquela ligada à experiência jaraguaense com o movimento, ocupou uma posição marginal. No “Museu Municipal Emílio da Silva”, criado no período da “abertura política”, a narrativa expográfica reproduz o sentido impresso no livro de Silva e nos festejos do Centenário. Como “curador” e organizador da exposição histórica, Emílio já havia abandonado sua militância integralista e não fazia parte de “círculos coletivos” que pudessem sustentar com ele a rememoração do movimento.

Até a década de 1990, a transmissão das memórias de Silva enquanto integralista tinha permanecido restrita ao material depositado no Arquivo, em mãos da família e de amigos próximos. As fronteiras foram expandidas em 1997, como decorrência da aproximação de Eugênio Victor Schmöckel, o patrono do arquivo, com a família do patrono do museu o que ocasionou a publicação da obra *Memória Jaraguaense: o integralismo* (1997). Naquela altura, Silva já havia conquistado o reconhecimento como narrador e testemunha da história jaraguaense. Além disso, a reputação dele (e de sua família) permaneceu protegida pelo tratamento que o livro de Schmöckel deu à trajetória da AIB na cidade, justamente por se aprofundar nas perseguições que os integralistas jaraguaenses sofreram.

A criação de novos vínculos afetivos, especificamente com um indivíduo de destaque na política e que comandava o principal jornal da cidade, permitiu que Emílio da Silva elaborasse a sua “memória integralista” na forma de testemunho. Na narrativa de Schmöckel, Silva figura como representante das ações patrióticas dos integralistas jaraguaenses e testemunha ocular das violências empreendidas contra o movimento. É evidente que a “cultura jaraguaense” e seus símbolos fundamentais – o colono imigrante, a indústria e o cristianismo – determinavam o sentido da recordação como uma transmissão cultural que se retroalimenta. Ou seja, a memória – enquanto usos do passado – serviu de fundamento para determinar o que é a “cultura local”, e a conservação e a manutenção dessa “cultura local” têm condicionado a “recordação coletiva” a se apresentar na forma de celebração.

## Referências

- ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- BARBOSA, José Alberto. *Emílio da Silva e seu século*. Jaraguá do Sul: Design Editora, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. La famille comme catégorie réélisée. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, v. 100, dez. 1993, p. 32-36.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIGNON, Rodrigo da R.; ROSATTI, Camilla G. Narrar uma vida e se inscrever na história: percursos do biográfico ao sociológico. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 21, n. 50, p. 7-25, jan./abr. 2022.
- CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no processo político brasileiro: a trajetória do Partido de Representação Popular (1945-1965) – Cães de guarda da ordem burguesa*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.
- CANUTO, Alcioni Macedo et al. (org.). *Memória...: um museu e a história*. Jaraguá do Sul: Design Editora, 2010.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Portugal: Difel, 2002.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.
- CORADINI, Odaci L. As missões da cultura e da política: confrontos e reconversões de elites culturais no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p. 125-144, 2003.
- CRUZ, Natalia dos Reis. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Etnicidade: da cultura residual, mas irreductível*. In: CUNHA, M.C. da. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DERRIDA, Jacques. *Archive fever: a seminar*. In: HAMILTON et al. *Refiguring the archive*. Londres: Kluwer, 2002, p. 38-80.
- DUBAR, C.; NICOURD, S. *Les biographies en sociologie*. Paris: Éditions La Découverte, 2017.
- DUCROT, Ariane. *A classificação dos arquivos pessoais e familiares*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 15-168, 1998.

- FALCÃO, Luiz Felipe. *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Joinville: Editora da Univali, 2000.
- GENSBURGER, Sarah. *Essai de sociologie de la mémoire: le cas du souvenir des camps annexes de Drancy dans Paris*. Genèses, Paris, n. 4, p. 47-69, 2005.
- GIDDENS, Anthony. *A contemporary critique of historical materialism*. Londres/Basingstoke: Macmillan Press, 1981.
- GIDDENS, Anthony. *Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis*. Londres: Palgrave Macmillan, 1979.
- HACKENHAAR, Clayton. *O integralismo em Santa Catarina e a tentativa de golpe de março de 1938*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- HEYMANN, Luciana Q. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: Cpdoc, 2005. Disponível em: [http://www.cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arg/1612.pdf](http://www.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1612.pdf). Acesso em: 3 maio 2023.
- HEYMANN, Luciana Q. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.
- HOBBS, Catherine. *Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual*. In: EASTWOOD, T.; MacNEIL, H. (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 237-259.
- KETELAAR, Eric. *Tacit narratives: the meanings of archives*. *Archival Science*, Dordrecht, v. 1, n. 2, p. 131-141, 2001.
- KETELAAR, Eric. *As viradas e as voltas arquivísticas: estudos sobre arquivos*. In: GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAW, Andrew J. (org.). *Pesquisa no multiverso arquivístico*. Salvador: 9 Bravos, 2019, p. 219-61.
- LAÉ, Jean-François. *L’Intimité: une histoire longue de la propriété de soi*. *Sociologie et Sociétés*, Montréal, v. 35, n. 2, p. 139-147, 2003.
- LAUS, Sonia Pereira. *A UDN em Santa Catarina, 1945-1960*. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1985.
- LAFER, Celso. *Da configuração que assume, no direito contemporâneo, a diferença entre a esfera do público e a do privado: o público e o privado: suas configurações contemporâneas para a temática dos arquivos*. In: SEMINÁRIO DOCUMENTOS PRIVADOS DE TITULARES DE CARGOS PÚBLICOS, 2004, São Paulo. *Documentos privados de interesse público: o acesso em questão*. [Apresentação de Danielle Ardaillon]. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2005.
- LAHIRE, B. *La culture des individus: dissonances culturelles et distinction de soi*. Paris: La Découverte, 2004.
- LAVABRE, Marie-Claire. *Usages et mésusages de la notion de mémoire*. *Critique Internationale*, Paris, v. 7, n. 1, p. 48-57, 2000.
- L’ÉSTOILE, Benoît de. *Le goût du passé: erudition local e appropriation du territoire*. *Terrain: Anthropologie & Sciences Humaines*, Paris, n. 37, p. 123-138, 2001.
- LOPES, B. P.; RODRIGUES, G. M. *Os acervos privados de presidentes da República no Brasil: entre as noções de propriedade privada e de interesse público*. *CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 64-80, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/153587>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- MAHFUD, Amadeus. *Verdades e mitos sobre o Museu Histórico de Jaraguá do Sul Emílio da Silva*. In: CANUTO, Alcioni Macedo et al. (org.). *Memória...: um museu e a história*. Jaraguá do Sul: Design Editora, 2010, p. 40-45.
- NIZET, Jean. *La Sociologie de Anthony Giddens*. Paris: La Découverte, 2007.
- OLIVEIRA, L. M. V. *Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade*. *Arquivo & Administração*, São Paulo, v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50372>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- PIAZZA, Walter Fernando. *A “modernização” e as elites emergentes: a contribuição alemã*. [Florianópolis]: [s. n.], 1974.
- PISTORELLO, Daniela. *As políticas públicas de preservação do patrimônio a partir dos roteiros nacionais de imigração: o caso de Santa Catarina*. *Labor e Engenho*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 47-65, 2010.
- POMIAN, Krzysztof. *Coleção. Enciclopédia Einaudi*, v. 1. *História-Memória*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

- REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, p. 137-159, 2017.
- RODRIGUES, G. M. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, 2012. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/383>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- SANTOS, Ivanaldo O.; FIGUEIRA, Guilherme J. Memórias de família: a história de militância do sr. Sérgio de Vasconcellos. *Revista Brasileira de Filosofia e História*, Pombal, v. 2, n. 1, p. 1-6, jan./dez. 2013.
- SCHMÖCKEL, Eugênio Victor. *Memória jaraguense: o integralismo: o Estado Novo – 60 anos, A noite dos tambores silenciosos e o assassinato de Ricardo Gruenwaldt*. Jaraguá do Sul/SC: Gráfica e Editora CP, 1997.
- SCHMÖCKEL, Eugênio Victor. *História da imprensa de Jaraguá do Sul e da AMVALI*. Correo do Povo, Jaraguá do Sul, 1999.
- SCHÖRNER, Anselmo. *A pedra, o migrante e o morro: feridas narcísicas no coração de Jaraguá do Sul/SC – 1980/2000*. Florianópolis: UFSC, 2006.
- SCHROEDER, Carlos Henrique; CHIODINI, João. *Além da tribuna: a construção da cidadania através do Poder Legislativo*. Jaraguá do Sul: Design, 2019.
- SILVA, Emílio. *O II livro Jaraguá do Sul: um capítulo na povoação do Vale do Itapocu*. Jaraguá do Sul, 1975.
- STULZER, Aurelio. *O primeiro livro do Jaraguá*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- TERNES, Apolinário. *Acíjs 70 anos*. Jaraguá do Sul: Design Editora, 2008.
- UPWARD, F. Structuring the records continuum part one: post-custodial principles and properties. *Archives & Manuscripts*, Sydney, v. 24, n. 2, p. 268-285, nov. 1996.
- ZANELATTO, João Henrique. *Região, etnicidade e política: o integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

---

Recebido em 8/3/2024

Aprovado em 16/7/2024